



DIREITOS RESERVADOS

Entrevista

Domingues de Azevedo Bastonário da Ordem dos Contabilistas Certificados diz que o desenvolvimento das ilhas passa pelo turismo, sem descurar a agricultura e pescas

Açores devem desenvolver-se de forma sustentada

PAULO FAUSTINO
pfaustino@acorianorienteal.pt

Que balanço faz da conferência "Introdução ao Processo Tributário", realizada recentemente nos Açores após a alteração ao Estatuto da OCC que permite aos contabilistas defenderem os clientes em processos tributários até 20 mil euros?

O encontro aqui correu muito bem, aliás diga-se, em abono da verdade, como correu também as outras formações nos restantes distritos do país. Foi muito agradável verificar que, não obstante estas dificuldades típicas dos profissionais neste mês (de maio), tivemos, mesmo assim, cerca de 20 pessoas em formação na ilha de São Miguel. Pensamos que é espetacular atendendo a esta matemática nova na profissão, que, claro, não é capaz de arrastar atrás de si tantas pessoas como se fosse por exemplo um tema polémico do IVA, IRC e IRS.

É uma matemática nova e as pessoas às vezes olham para estas novidades e para estas coisas com alguma desconfiança. (...) Vamos esperar para ver, é um bocado o conceito que as pessoas têm destas coisas. Por isso, tendo em atenção esse tipo de questões, acho que estamos perante um sucesso realmente muito significativo nas ilhas dos Açores - não só em São Miguel, mas também na Terceira, onde fizemos também esta formação. E isto é muito importante porque é uma área nova de intervenção dos profissionais. Eles já tinham alguma experiência. Muitos dos contabilistas certificados já o faziam e os advogados é que assinavam, mas agora então eles terão oportunidade de fazer uma intervenção direta. (...) Neste processo, os profissionais podem ser uma mais valia para os sujeitos passivos, na medida em que poderão fazer preços mais acessíveis para defender os seus clientes nos respetivos tribunais, não diminuindo qualitativamente, e isto é muito importante. (...) (A Ordem) quer arranjar novas oportunidades profissionais para que as pessoas se sintam realizadas na profissão, realizadas numa dimensão global, profissionalmente e também monetariamente. É uma questão também importante: temos a nossa vida, a nossa família, as nossas aspirações e expectativas e naturalmente que isso muitas vezes passa também por termos alguma fon-

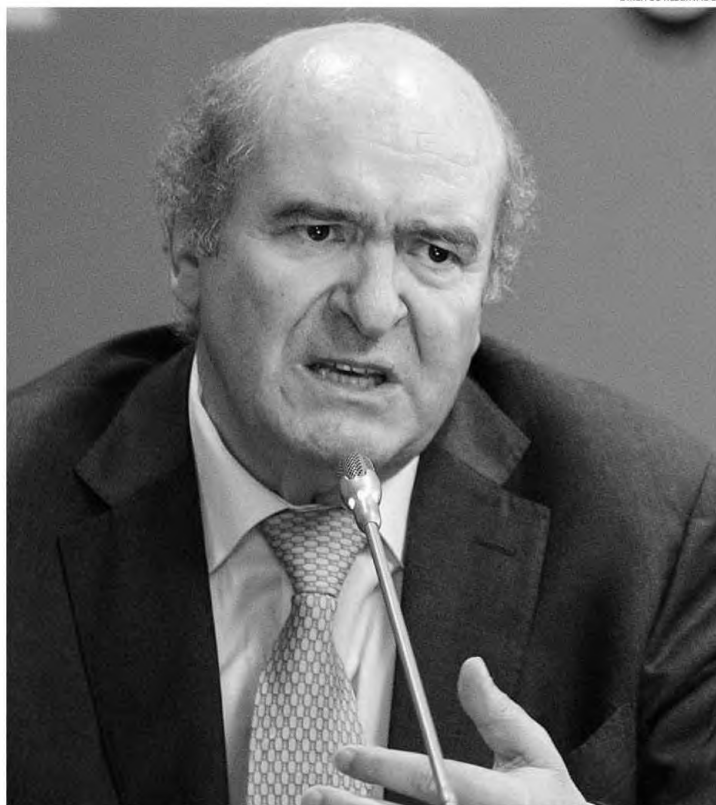
te de rendimento. E este processo pode ser também uma nova fonte de rendimento para os profissionais. E deixo aqui uma questão muito interessante particularmente aos profissionais: desenvolveu-se, por vezes, a ideia de que o profissional tem de fazer tudo. O profissional não tem de fazer tudo. O profissional tem de fazer aquilo que os estatutos lhe exigem fazer e tudo que faz para além do estatuto, o profissional tem todo o direito em cobrar a sua avença, o seu trabalho, quando entra por exemplo em representação nes-

Desenvolver sim mas sustentadamente, para que não aconteça que esta beleza que os Açores têm se transforme em mamarrachos(...)

tes processos dos tribunais. Por isso, os profissionais não caíam no logro de fazer isto gratuitamente porque se o fazem uma vez, nunca mais conseguem sair.

Esta nova oportunidade profissional que se cria para os contabilistas pode fazer concorrência aos advogados?

Não. Vamos ser realistas: o que tínhamos antes desta alteração legislativa? Tínhamos um código do processo e do procedimento tributário, que no seu artigo 6º dizia que os processos até 12.500 euros não exigiam intervenção do advogado. Depois, o Código do Processo e do Procedimento Tributário foi alterado e diz que os processos de valor inferior a duas vezes o valor da alçada (10 mil euros) dispensa a intervenção de advogado. (...) O que fizemos foi, única e simplesmente, preencher um espaço de ninguém. Não era um espaço dos advogados, que fique claro isto. Portanto, ninguém pode perder o que não tem. (...) Aquelas pessoas que quiserem continuar a ser assistidas por advogados, podem fazê-lo. Não são obrigadas a recorrer ao contabilista. (...) Não vejo razão nenhuma para que os profissionais (contabilistas) que executaram e que tiveram de tomar decisões, peguem em todo o seu trabalho e o coloquem na mesa para que outros retirem dele o rendimento. Temos nesta temática conhecimentos técnicos e intervenção técnica mui-



Bastonário considera que a formação dos contabilistas é "altamente deficitária" nas ilhas

to mais apurada do que, por vezes, aqueles que vêm de fora do processo. Não compreendi, com toda a honestidade - nem quero comprar aqui uma guerra porque sei que não há guerras a debater neste processo - a reação de alguns advogados que, isoladamente, particularmente em Lisboa, tiveram contra este processo. Poderia muito mais contestar quando os advogados, por exemplo, negociam dívidas. Não contesto isso. Por isso, vamos lá ver, como eu costumo dizer, 'cada macaco no seu galho'.

Os contabilistas têm défice de formação nos Açores?

(...) Desde o princípio apostamos numa coisa muito simples: que deveríamos, ao nível da Ordem, ter nas ilhas as mesmas condições de formação que no Continente e, por isso, no mínimo estamos aqui três vezes por ano a conversar com os profissionais de todas as ilhas, com um défice muito significativo em termos de formação. Ou seja, a formação aqui é altamente deficitária. Compreende-se. Acho que uma instituição como a Ordem deve ter consciência disso e não deve ser por isso que deve discriminar negativamente as pessoas. Antes pelo contrário, deve conhecer de uma forma mais profunda as suas necessidades e as suas dificuldades e, na medida do possível, ajudar a criar mecanismos capazes de ultrapassar exatamente essas dificuldades.

Acha que o Governo Regional devia diminuir os impostos até ao máximo previsto pela Lei de Finanças Regionais?

Acho que nenhum governo, garantido que esteja a funcionalidade normal dos respetivos territórios sobre os quais tem alçada, garantida que esteja a continuidade dessa funcionalidade normal - através dos investimentos, da manutenção das estruturas ou da sua criação caso não existam - tem

prazer em lançar impostos. Nenhum governante lança um imposto pelo prazer de o lançar. Se o lança é naturalmente porque tem necessidade dele. Agora, as opções onde vai buscar esse imposto é que poderão ser diferentes. (...)

No que respeita aos Açores, quero-lhe dizer que já não vinha aos Açores há cerca de dois anos. Acho que os Açores estão a mudar de uma forma positiva. Estão a mudar a sua fisionomia. As condições de mobilidade modificaram de uma forma espetacular, possibilitando naturalmente uma maior facilidade de mobilidade dos cidadãos entre umas localidades e outras, o que é muito importante. E, claro, que acaba por propiciar realmente a divulgação das belezas naturais dos Açores, neste caso gerando turismo, receitas e uma melhor situação económica da Região. Não sei se o governo de Vasco Cordeiro terá condições ou não, nem me quero pronunciar sobre isto. Sei que - os 13 anos que estive como deputado (do PS) também me deram essa sensibilidade - nenhum governante é masoquista ao ponto de ver os seus governados sofrerem, porque lhes vai buscar mais imposto. (...) Sei uma coisa: os Açores poderão ter, num futuro muito próximo - por aquilo que me tenho apercebido - uma economia mais diferenciada, com maiores vertentes, do que aquela que hoje têm, não devendo menosprezar a estrutura natural da economia dos Açores, que é indiscutivelmente as pescas e agricultura.

Que conselhos deixa para o desenvolvimento dos Açores?

Não me atrevo a deixar conselhos. Já fiz o que tinha a fazer na política, mas diria assim: desenvolver sim, mas sustentadamente para que não aconteça que esta beleza natural que hoje os Açores têm amanhã se transforme em mamarrachos de cimento. ♦